



AS PERFORMANCES MULTIDIMENSIONAIS DE RESISTÊNCIA DO COLETIVO AÇÃO ZUMBI

 10.5935/2177-6644.20220012

THE MULTIDIMENSIONAL RESISTANCE
PERFORMANCES OF THE ZUMBI ACTION
COLLECTIVE

LAS PRESTACIONES DE RESISTENCIA
MULTIDIMENSIONAL DEL COLECTIVO
ZUMBI ACTION

Janaina Amorim da Silva *

 <https://orcid.org/0000-0002-4608-3433>

Odair Souza **

 <https://orcid.org/0000-0001-5338-8975>

Resumo: A proposta do artigo é refletir sobre a importância histórica e política do Coletivo Ação Zumbi, bem como evidenciar o alinhamento de sua atuação ao pressuposto da decolonialidade do saber e da educação para as relações étnico-raciais. É um grupo que realiza performances artísticas multidimensionais em espaços formais e não-formais nas cidades da Grande Florianópolis. Busca revelar memórias contra-hegemônicas de origem afro-brasileira a partir da perspectiva de um povo que existe, reexiste e resiste, ancorado num ideário de maior justiça epistemológica.


Palavras-chave: Resistência. Memórias Contra-Hegemônicas. Educação Étnico-Racial.


Abstract: The purpose of the article is to reflect on the historical and political importance of the Coletivo Ação Zumbi, as well as to highlight the alignment of its performance with the assumption of the decoloniality of knowledge and education for ethnic-racial relations. It is a group that performs multidimensional artistic performances in formal and non-formal spaces in the cities of Greater Florianópolis. It seeks to reveal counter-hegemonic memories of Afro-Brazilian origin from the perspective of a people that exists, re-exists and resists, anchored in an ideal of greater epistemological justice.

Key-words: Resistance. Counter-Hegemonic Memories. Ethnic-Racial Education

Resumen: El objetivo del artículo es reflexionar sobre la importancia histórica y política del Colectivo Ação Zumbi, así como resaltar la alineación de su actuación con el supuesto de la decolonialidad del saber y la educación para las relaciones étnico-raciales. Es un grupo que realiza actuaciones artísticas multidimensionales en espacios formales y no formales en las ciudades de la Gran Florianópolis. Busca revelar memorias contrahegemónicas de origen afrobrasileño desde la perspectiva de un pueblo que existe, reexiste y resiste, anclado en un ideal de mayor justicia epistemológica.

Palabras-clave: Resistencia. Memorias Contrahegemónicas. Educación Étnico-Racial.

* Doutoranda em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista pelo Fundo de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (UNIEDU/FUMDES).  <http://lattes.cnpq.br/4360327830806761> - E-mail: janainayemanja03@gmail.com.

** Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Atualmente é Professor na Escola de Educação Básica Professora Maria do Carmo de Souza – Palhoça-SC e na Escola Básica Dr. Ivo Silveira, Paulo Lopes-SC.  <http://lattes.cnpq.br/7729200438811224> - E-mail: escolafred@gmail.com.

Introdução

O Coletivo Ação Zumbi nasceu entre duas cidades interligadas por pontes. A ilha de Santa Catarina, que faz parte da cidade de Florianópolis, capital catarinense e a cidade vizinha São José. Entre o lado de lá e o de cá da ponte vivem os integrantes deste coletivo, que reivindicam através de expressões artísticas multidimensionais, visibilidade aos artistas e as memórias negras contra-hegemônicas, que as cidades mantinham silenciadas.

As ações do grupo desde a sua criação até o presente momento, sempre assumiram um caráter pedagógico com suas reflexões, oferecendo uma educação para as relações étnico-raciais de maneira não formal, uma educação outra, instigando o poder público a repensar suas políticas públicas educacionais e a incluir sujeitos até então excluídos ou pouco valorizados nas propostas curriculares.

A história da educação de Florianópolis e São José está vinculada ao seu projeto de cidade e a sua experiência histórica de colonização e escravização, assim como foi em todo o Brasil. No entanto, diferente do que ocorreu em outros Estados, o território da região metropolitana da Grande Florianópolis, que inclui os municípios vizinhos a capital, fez uma escolha estatal na década de quarenta, por enaltecer seu passado europeu açoriano, inventando uma tradição que pretendeu homogeneizar a formação cultural do território, em detrimento do reconhecimento da participação das populações originárias, afrodescendentes e mesmo das demais culturas europeias na formação da história dos municípios.

As políticas públicas educacionais catarinenses compactuam com a colonialidade do poder, do saber e do ser, mantendo até hoje as perspectivas epistemológicas eurocêntricas, mesmo após séculos do término da colonização. Assim, amparamo-nos nos estudos do intelectual peruano Anibal Quijano para quem

a colonialidade é um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial do poder capitalista. Se funda na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do dito padrão de poder e opera em cada um dos planos, âmbitos e dimensões, materiais e subjetivos da existência cotidiana e da escala social. (QUIJANO, 2007, p. 93).

Essa colonialidade do poder desdobra-se ainda em colonialidade do saber e do poder. A colonialidade do saber induz-nos a pensar que o único tempo, histórias e culturas possíveis são as derivadas do mundo europeu. Que não existem saberes, conhecimentos e culturas para além da Europa. Neste sentido, Oliveira (2013, p. 50) afirma que

o colonizador destrói o imaginário do outro, invisibilizando-o e subalternizando-o enquanto reafirma o próprio imaginário. Assim, a colonialidade do poder reprime os modos de

produção de conhecimento, os saberes, o mundo simbólico, as imagens do colonizado e impõe novos. Opera-se então a naturalização do imaginário do invasor europeu, a subalternização epistêmica do outro não europeu e a própria negação e esquecimento de processos históricos não europeus. Essa operação pode-se realizar sob várias formas como pela sedução pela cultura colonialista e o fetichismo cultural que o europeu cria em torno de sua cultura realizando uma verdadeira aspiração pela cultura européia por parte dos sujeitos subalternizados. Portanto, o eurocentrismo não é a perspectiva cognitiva somente do europeu, mas também daqueles do conjunto dos educados sob sua hegemonia.

Já a colonialidade do ser nos sugere que o ser colonizado se impregna de tal forma do episteme do europeu que se torna difícil radicalizar e romper com essas formas de conhecimento e que por se sentir dominado pelo pensamento dominante não consegue refletir sobre si mesmo. Oliveira (2012, p. 59) acrescenta que a “colonialidade do ser se refere a experiência vivida da colonização e seus impactos na linguagem, que responde sobre as necessidades de se explicitar sobre os efeitos da colonialidade na experiência de vida e não somente na vida dos colonizados”.

Neste sentido, dizemos que o coletivo Ação Zumbi criado em 2003 por três mulheres negras, que atuavam no teatro, na dança, na música e na educação, rompeu com estes traços colonialistas e criaram brechas com sua intervenção artística, mostrando que a população negra também faz parte da história da região, entrelaçando a história do Grupo Ação Zumbi com a educação formal de São José, ao inserir possibilidades metodológicas outras, contribuindo assim para romper com a colonialidade dos currículos e práticas escolares, ainda presentes no século XXI.

Trilhando a história de resistência do Ação Zumbi

Foto 1: Registro dos ensaios do coletivo Ação Zumbi



Fonte: Acervo pessoal do Coletivo Ação Zumbi – Florianópolis, 2021.

As práticas coletivas dos movimentos sociais e artísticos negros, a exemplo do Ação Zumbi, assumem práticas e dinâmicas transgressoras e criativas, deixando como legado aprendizagens dissonantes que nos orientam a considerar pedagogias decoloniais e perspectivas de insurgência comunitária (MIRANDA; ARAÚJO, 2019). Uma das fundadoras do grupo, a professora de dança Fernanda Souza, que atua também como atriz no grupo, rememora o momento de criação do coletivo,

Eu lembro que tinha participado do espetáculo ‘Negros em Desterro’, com a Marguinha e a Lelette, a gente começou a ter uma amizade bem forte e a pensar em uns projetos futuros, que a gente pudesse abrir alguma associação que pudéssemos estar implementando e incentivando ações artísticas e sociais da cultura negra, pra dar visibilidade não só à atores, mais artistas e pessoas ligadas a arte. Ainda eram poucos espaços e oportunidades para artistas negros. A gente sentiu necessidade de implementar essas ações, mas a gente não sabia que nome que iria dar, surgiu a ideia de ação, mas que ação? Daí eu propus de ser Ação Zumbi e assim ficou (informação verbal)¹.

Incentivadas também pela lei 10.639/03 que tornou obrigatória a história e a cultura afro-brasileira e africana nos currículos escolares em todos os níveis educacionais, o Coletivo teve sua primeira atuação com a organização de uma grande feira, chamada “Kizomba Ação Zumbi” realizada no Centro Histórico de São José em 2003, que contou com a exibição do filme *A negação do Brasil* e a presença do cineasta Joel Zito, além de apresentações musicais, teatrais e manifestações afro-culturais; recebendo também a colaboração de professoras e estudantes das escolas municipais de São José, que foram convidadas a realizarem uma exposição dos trabalhos desenvolvidos em sala de aula, que promoveram a valorização da cultura afro-brasileira, africana, o enfrentamento ao racismo e a promoção da igualdade racial. Essa ação é um marco histórico relevante por ter sido a primeira iniciativa a promover a educação para as relações étnico-raciais nas escolas municipais da cidade de São José no século XXI, apesar de não ter sido uma iniciativa governamental, mas contar com o apoio da Fundação Municipal de Esporte de São José.

As cidades foram construídas valorizando apenas a memória branca em suas construções e cultura. A branquitude que tem o poder político, econômico, jurídico, monopolizou a produção de subjetividades, memórias, culturas e as decisões sobre a construção da cidade, seus patrimônios, os seus usos e a definição de quem deveria usufruir. Nesse processo, parte significativa dos moradores da cidade não faziam uso dela. Mas como seus moradores poderiam se sentir pertencentes a cidade que nasceram e moram, se não conseguiam estabelecer uma identificação entre a diversidade dos sujeitos que compõe a cidade com as representatividades, suas monumentalizações e demais

1 Entrevista realizada por Janaina Amorim da Silva com Fernanda Souza, uma das fundadoras do Ação Zumbi, por meio de aplicativo de mensagem no dia 13 de janeiro de 2022.

construções? O direito a cidade foi negado a parte expressiva da população, que com ela tinha dificuldades de se sentir pertencente (LIMA, 2021).

A colonialidade reafirmada pelo poder público, tem buscado apagar da memória dos moradores josefenses e florianopolitanos as histórias, culturas, memórias e patrimônios negros e indígenas e reafirmando e patrocinando histórias hegemônicas como as açorianas e as ítalo-germânicas. Mostra disso são as festas açorianas realizadas principalmente no litoral de Santa Catarina com ampla divulgação nas mídias digitais e escritas como por exemplo a Festa da Ostra realizada na capital catarinense. Outras de abrangência nacional e até porque não dizer internacional como a Oktoberfest (Blumenau), Fenarreco (Brusque), Marejada (Itajaí) entre tantas outras, muitas delas recebendo aporte financeiro e fomentos do Estado. Assim, transparece para todos os brasileiros e para os turistas que vem de fora do país que o estado catarinense é constituído unicamente por três étnicas básica (açorianos, alemães e italianos), dando a impressão de uma história única (ADICHE, 2019), omitindo as outras matrizes étnicas que formam a cultura e a história do nosso povo como a africana e indígena.

Entre as histórias que rompem com a lógica dessa colonialidade eurocentrada, estão as múltiplas memórias da dança do Cacumbi do Pedro Leite, do Capitão Amaro, a Banda Quebra Quilos formada exclusivamente por músicos negros, os mais de trezentos terreiros que reafirmam a presença ancestral de origem africana, os antigos clubes negros, a capoeira, os blocos de carnaval nas periferias da cidade, o clube abolicionista, a Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito, os quilombos, entre outras memórias contra-hegemônicas invisibilizadas (SILVA, 2011).

Ao longo desses quase vinte anos, a associação Cultural Ação Zumbi, oficialmente registrada em 2005, vem desenvolvendo projetos nas áreas de teatro, cinema, dança, vídeo, entre outras, que incluem a montagem de espetáculos, oficinas e organização de eventos, buscando também valorizar e incentivar a formação de artistas negros. Um dos propósitos é fomentar iniciativas que contribuam para o fortalecimento e a visibilidade artística da cultura afro-brasileira, trazendo à tona memórias pouco valorizadas, quase esquecidas da presença negra na Grande Florianópolis. Suas ações além de buscarem a inclusão social, revelando talentos trazidos de comunidades periféricas, tem um caráter pedagógico, transgressor, de contar o que a história não costuma contar, de educar pela arte, provocando a reflexão crítica sobre a história brasileira expondo as feridas ainda abertas da escravidão e do racismo para um público de estudantes, professoras e também para a sociedade em geral.

Inicialmente formada por Lelette Coutto, Margarete Vieira e Fernanda Souza, logo foi agregando novos membros, transitando desde sempre, nos dois lados da ponte, principalmente entre as cidades de Florianópolis e São José. Atualmente a associação é composta por trinta membros, de maioria negra e com diferentes formações. Há quem seja da área do teatro, desde estudantes de graduação até mestres, além de dançarinas profissionais, cantores, professoras de educação física, pedagogas entre outras profissões.

Os espetáculos apresentados pelo coletivo Ação Zumbi revelam memórias de personagens históricos afro-catarinenses ou fragmentos do cotidiano e da cultura da população afrodescendente. Nesses fios de memórias trançados com arte, vão se fortalecendo identidades, vão sendo construídos vínculos de pertencimentos com a cidade e a humanidade tem a chance de ser reconstituída, num território tão hostil às populações afro, como é o território catarinense. Como nos diz o líder indígena Ailton Krenak, “Se as pessoas não tiverem vínculos profundos com sua memória ancestral, com as referências que dão sustentação a uma identidade, vão ficar loucas neste mundo maluco que compartilhamos” (KRENAK, 2019, p. 10).

No ano de 2004, o coletivo apresentou seu primeiro espetáculo *Reencontrando a História*, com esse título sugestivo, propôs-se a repensar o 13 de maio representando a luta de um movimento que contou com a participação dos escravizados e libertos negros e negros, os quais atuaram como sujeitos ativos deste processo histórico que culminou com a assinatura da Lei Áurea. Esse espetáculo, performance com dança e música, teve como local de apresentação a Casa de Cultura Estácio de Sá no Centro Histórico de São José. Contar suas próprias histórias, essa tem sido uma das tarefas dos ‘outros’ inventados a partir dos discursos coloniais.

O direito de memória e a necessidade de reescrever a história contada a partir da sua própria perspectiva e a do grupo, na qual você faz parte. A memória coletiva é, assim, “filosofia e aprendizagem dos mais velhos – como prática decolonial para recuperar, fortalecer, reposicionar e reconstruir a existência como direito ancestral” (WALSH; SALAZAR, 2015, p. 82).

Toda a trama foi escrita pelo professor de linguística Emílio Pagoto, que na época era professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e se aproximou do Ação Zumbi através do grupo de samba Novos Bambas que participava de um projeto social no Morro da Caixa desenvolvido pelo professor. O espetáculo foi narrado pelo ator e cineasta carioca Waldir Onofre, que é pai de Lelette Couto e um dos primeiros cineastas negros brasileiros. *No Reencontrando a História*, Waldir Onofre participou interpretando o Akpalô, um contador de histórias de tradição nagô, que conduzia o público através de “causos”, proporcionando aos espectadores uma reflexão

sobre a trajetória do povo negro escravizado, no período pré e pós-abolição. A partir de conexões históricas entre corpo, tradições orais e narrativas intertextuais, herdeiras de matrizes orais africanas, essas experiências podem ser configuradas como experiências de luta e resistência da diáspora (ANTONACCI, 2020).

Ainda em 2004 houve outro espetáculo escrito por Emílio Pagoto, foi o *Do outro lado de cá da ponte* que contou como atores especiais Sergio Menezes e Maria Ceíça. O musical narrava em versos e prosas, a vida cotidiana de uma comunidade negra no Brasil. Ambientado numa fazenda que produzia farinha de mandioca onde vivia uma comunidade, a narrativa traçava paralelos entre o passado e suas consequências no presente. Num movimento de rememoração como construção do passado, a partir do olhar do presente, como conceitua o historiador Alison Paim (2015). Ao lembrar, buscamos nossas impressões mais remotas sobre o vivido por nós ou por aqueles que nos antecederam. Esse “processo é sempre acionado por dimensões conscientes e inconscientes, despertadas no presente de quem rememora. Ao dialogar com as rememorações dos sujeitos [...], buscamos suas reconstruções do passado. Reconstruções desencadeadas por experiências que nos tocam no presente (PAIM, 2020, p. 29).

Foto 2: Registro do espetáculo “Do outro lado da ponte”.



Fonte: Acervo pessoa do coletivo Ação Zumbi.

O panfleto de divulgação do espetáculo fazia referência à lei nº 10.639/03 e assinalava o propósito do grupo de “contribuir para preencher uma lacuna da formação educacional” registrando que “o diferencial da proposta que é retratar a história do ponto de vista do próprio negro”. O espetáculo teve sua estreia no tradicional Teatro Álvaro de Carvalho em Florianópolis e depois de

alguns dias, foi também para o outro lado de lá da ponte, em São José, além de outras cidades catarinenses.

A reafirmação do grupo ao longo de sua história, do propósito educativo de sua atuação artística, levando ao palco memórias que não tinham escuta, permite que possamos considerar essa outra forma de educar como uma prática de resistência contra-hegêmica, que confronta modelos de subalternização epistêmica, com estratégias educadoras que se definem como emancipatórias. Como contribuem Walsh e Salazar (2015, p. 97), “cartografias decoloniais provocam mudanças de status de narrativas e de protagonistas historicamente representados como fora do lugar, portanto de subjetividades desautorizadas”.

Entre idas e vindas de moradia da diretora artística Lelette, do Rio de Janeiro à Florianópolis, nasceu em 2006 o espetáculo *Ludo Real*, de autoria de Emílio Pagotto, que contava a trajetória dos açorianos vindos para Grande Florianópolis e depois quando foram levados para fundar a cidade de San Carlo no Uruguai. Esse espetáculo foi encomendado pela Prefeitura Municipal de São José e foi montado com a participação das professoras da rede pública municipal de São José como atrizes. A estreia deste espetáculo inaugurou o teatro da Arena Multiuso de São José. Posteriormente o espetáculo circulou também no Uruguai. Apesar da temática central ser em torno da colonização dos açorianos, a opressão da escravidão foi retratada na trama.

A partir de 2007 com a volta ao Rio de Janeiro, da diretora Lelette Couto para assumir cargos na gestão de órgãos estaduais responsáveis pela promoção da igualdade racial, o coletivo Ação Zumbi diminuiu muito suas atividades. Margarete Vieira, uma das fundadoras, se dedicou a Ação Cultural Arrasta Ilha, um grupo de Maracatu, outros integrantes participantes do grupo de samba Novos Bambas, concentraram-se na música e alguns componentes, em sua maioria moradores de São José, formaram o Núcleo de Atores Negros de São José (NAN), mantendo-se atuante, fazendo performances em diferentes espaços patrimonializados da cidade, ressignificando o modo como eram experienciados os patrimônios na cidade. Entre seu público, além da sociedade de modo geral, estavam estudantes e professoras de São José, dando continuidade à proposta de reeducar para as relações étnico-raciais em espaços não formais de educação.

Nessa fase em que o NAN assume temporariamente a atuação do Ação Zumbi na cidade de São José e opta por encenar ao ar livre, próximo a lugares de memória patrimonializados da cidade, incluindo personagens históricos negros da cidade quase esquecidos para essa experiência teatral, estimula que as pessoas ampliem os vínculos com a cidade em que vivem e repensem a história oficial da cidade. As experiências vivenciadas se revestem de forte significado, abrindo outras

possibilidades de reflexão e questionamentos. Experiência no sentido de Jorge Larossa é aquilo que nos toca e que tem o potencial de nos transformar (BONDIA, 2002). Essas experiências artísticas transgressoras, que deram vida a história de sujeitos anônimos e os incluíram na história da cidade, tocaram as pessoas, que sem perceber, estavam sendo reeducadas para a educação das relações étnico-raciais.

Em 2018 Lelette Couto voltou a Florianópolis reencontrando novamente as pessoas do coletivo e nesse movimento de retomar ao grupo, as conversas levaram a decisão de buscar um novo texto e temática. Foi então que surgiu uma sugestão da diretora, “a gente tem que falar sobre o amor, a ancestralidade, a mulher negra que vive muito só, que sofre pelo amor”. A proposta abraçada pelo parceiro de sempre do Coletivo, Emílio Pagoto, com um novo texto, bem como composições musicais, deram origem ao espetáculo, *Amor negro amor*, que tem como foco os desafios de existência e resistência da mulher negra brasileira, da mulher da diáspora, em diferentes tempos históricos e histórias de amores. Sua dor, sua luta, seus sonhos, amores e esperança por tempos melhores.

É a história de uma mulher ao mesmo tempo de muitas mulheres, que passam por diversas situações de amor: Amor pelos filhos, pelo companheiro de luta, mas que está sempre buscando esse lugar de amar e ser amada, só que ela não encontra esse lugar de conforto. Esse lugar de conforto pra ela não existe, tá sempre na luta, colocando as suas necessidades, passa por muita coisa pelos filhos, marido, por tudo, mas ela tá sempre sozinha, sempre no vazio (informação verbal).²

O roteiro da história traz questões importantes da vida da mulher negra para serem refletidas contemporaneamente. São opressões interseccionais, raciais e sexuais, fortemente marcadas num país racista e patriarcal como o nosso, no qual as mulheres, especialmente as racializadas, convivem desde a colonização, com violências, assédios, estupros, exploração, desvalorização e abandono. A personagem principal, Izabel, vive um sentimento de “banzo”, uma depressão que atravessa os tempos, de alguém que experimenta todas as dificuldades da vida. Em certo momento, no espetáculo, Izabel transborda sua dor: “Como dói essa dor que não é só minha, é uma dor de mais de mil anos [...]” e continua posteriormente, “mulher preta tem sina de sofrer sempre”.

O enfoque do espetáculo *Amor Negro Amor* insere-se na perspectiva do feminismo decolonial, caracterizado por seu compromisso antirracista, anticapitalista e anti-imperialista (VERGÈS, 2020). Um feminismo à escuta dos combates das mulheres mais exploradas, quase sempre marcadas pela racialização de seus corpos.

O texto do espetáculo foi ganhando corpo e força em cada ensaio realizado semanalmente

² Entrevista realizada por Janaína Amorim da Silva com Lelette Couto, diretora artística do Coletivo Ação Zumbi, por meio de aplicativo de mensagem no dia 09 de dezembro de 2021.

desde 2019. Sua estreia oficial foi planejada para ocorrer apenas em 2022, em virtude das dificuldades da pandemia. No entanto, recentemente o espetáculo teve uma pré-estreia, no significativo dia 20 de novembro de 2021, no Teatro Municipal de São José Adolpho Mello, recentemente reformado. O teatro situado no Centro Histórico é o mais antigo da cidade e do Estado, um espaço oficializado como patrimônio histórico, que por muito tempo foi elitizado, carrega desde sempre, o sobrenome de uma família tradicional escravagista, de marcada presença na política e na cultura local.

Na oportunidade da pré-estreia, no final do espetáculo, o ator e assistente de direção Adriano de Brito ressaltou “a importância de corpos Pretos ocuparem o espaço do Museu Adolpho Mello, um símbolo da cultura josefense, fazendo arte e lutando pelo povo preto. Isso aqui também é nosso, a gente faz parte dessa história aqui também”. A declaração do ator expressa a dor de quem viveu a violência da segregação territorial dentro da própria cidade que nasceu.

No esforço de escrever com o Coletivo Ação Zumbi e aprender com suas práticas decoloniais e não simplesmente escrever sobre o coletivo, tenho buscado assumir o protagonismo de suas narrativas, subjetividades e memórias. Perseguindo esse compromisso, pensamos ser importante trazer as narrativas de alguns membros do grupo, compartilhando sobre o que significado que tem para eles fazer parte do Ação Zumbi.

Nesse caminho, apesar das limitações que a pandemia de COVID 19 nos impôs, foi possível escutar alguns integrantes e apreender muitas vezes com os depoimentos compartilhados nas redes sociais do coletivo, que diziam muito sobre a experiência de cada um de fazer parte do coletivo. Nas palavras de Luan Renato Telles ator e bailarino de vinte e três anos,

o meu sentimento em fazer parte desse coletivo, eu acho que consigo resumir em uma palavra, porque quando eu entrei no grupo conheci pessoas que trabalham com arte e cultura há muito mais tempo do que eu, pessoas que tem uma experiência muito grande e que fazem isso, começaram a fazer isso muito antes de eu pensar em um dia me tornar um artista e estar em cena com essas pessoas, conviver com essas pessoas é um aprendizado diário pra mim, um aprendizado muito bom e eu posso dizer agora que estou dando continuidade a essa ancestralidade fazendo parte do Ação Zumbi, porque eu sou um dos integrantes mais recentes do Ação Zumbi e eu posso dizer que eu sou Ação Zumbi. (TELLES, 2021)

O ator e diretor de teatro, Leandro Batz expressou também o que representa para ele fazer parte do coletivo,

eu entendo o Ação Zumbi como um grupo, um coletivo preto forte, que luta pelas causas antirracistas, porém não é um grupo composto exclusivamente por pessoas pretas, pessoas brancas também fazem parte dessa luta, até mesmo porque, pra gente enfrentar o racismo, ele precisa que as pessoas brancas entendam o racismo, entendam que se preto é raça, branco também é raça e a luta é muito maior que isso, então o coletivo Ação Zumbi permite que pessoas de outras etnias, assim digamos, façam parte do Ação Zumbi, que tenham a

luta em comum, que é a luta antirracista. E por acreditar nessa luta antirracista eu sou Ação Zumbi (BATZ, 2021).

Foi interessante que cada membro destacou um aspecto diferente sobre o significado de pertencimento ao coletivo. O ator, professor de educação física e diretor assistente, Adriano de Brito, é mais um dos membros que compartilhou sua experiência de fazer parte do Coletivo Ação Zumbi:

eu entrei no grupo um ano após a criação, fascinado pela energia aos assistir aos ensaios, me apaixonei e pedi para entrar. Naquele momento entrei a princípio pela apresentação teatral, mas quando eu fiz parte de fato, eu vi que aquilo ali era muito maior, que o espetáculo teatral era simplesmente um instrumento que era utilizado, para que a gente pudesse discutir outras questões, ali passava uma sensação de agradecimento, de venerar a ancestralidade, que nunca tinha encontrado em nenhum outro local, então vinham pessoas de diversas áreas, de diversos cantos, que chegavam ali com o mesmo objetivo, de transmitir uma energia, de passar uma coisa boa de se comunicar, usavam o teatro pra emanar energia e se comunicar. Eu gostei muito daquilo e me encontrei. Eu entendi o que era o Ação Zumbi, comecei a fazer parte desse coletivo, que usa a cultura, usa a arte, pra atingir outros patamares (Informação verbal)³.

Numa construção de sentidos de existência em uma dinâmica de recomposição sócio-histórica, em que estar junto com os componentes do grupo, fortalecendo a cada um e a coletividade ao mesmo tempo, exercitando os diferentes modos de fazer da(s) memória(s), tem demonstrado ser uma peça indispensável na luta social e política antirracista.

Memórias outras que fraturam a colonialidade

A construção de uma memória justa, ou seja: que insiste em se fazer presente na “contramão” da história oficial, valorizando lutas e processos de resistência de comunidades subalternizadas em prol não só de sua sobrevivência, mas também do exercício de uma postura crítica é enquadrada na análise de Ricoeur (2007), como uma “memória feliz”. Nessas memórias contra-hegemônicas entrosam-se identidades e alteridades, num jogo contínuo e transformador de subjetividades. Dessa forma, a construção e a valorização de memórias contra-hegemônicas, podem fortalecer identidades comunitárias.

As memórias contra-hegemônicas nascem no movimento de coletivos interessados em “apresentar referências da história local, de modo a permitir que seus moradores reflitam sobre essas questões e se envolvam nesse processo. Sendo assim, percebemos como a dimensão educativa se faz presente em todos os lugares de memória” (MIRANDA; ARAÚJO, 2019, p. 387).

No diálogo com a perspectiva decolonial na análise da trajetória histórica que o coletivo Ação Zumbi vem construindo entre as cidades de Florianópolis e São José, podemos pensar no

³ Entrevista realizada por Janaína Amorim da Silva com Adriano de Brito em 05 de dezembro de 2021, por meio de aplicativo de mensagem.

conceito denominado de “diferença colonial”, ao refletir sobre a atuação do coletivo enquanto guardiões de valores e práticas culturais, potencializando processos de decolonialidade do ser, saber e poder. Conforme Mignolo (2003, p. 110), a “diferença colonial cria condições para situações dialógicas nas quais se encena, do ponto de vista do até então subalterno, uma enunciação fraturada, como reação ao discurso e à perspectiva hegemônica”.

Enquanto pesquisadora branca, representante da academia, busco tensionar as perspectivas epistemológicas da Universidade, criando brechas para visibilizar outras formas possíveis de produzir conhecimento, desaprendendo para reaprender com a decolonialidade que vislumbrei no Coletivo Ação Zumbi e que está presente na América Latina nos inúmeros movimentos populares, sociais e artísticos desde a colonização e que apenas muito recentemente, vem se apresentando no meio acadêmico brasileiro. Como me disse a diretora artística Lelette Couto,

(A decolonialidade) É um tema que está sendo discutido agora na academia, isso é muito positivo, coisa que a gente já pratica há muito tempo e agora tá chegando aos lugares de se concretizar, fico muito feliz que alguém quer nos ouvir, pra que essa nossa trajetória não acabe, não siga sem registro, porque aí chega uma hora que ela vai parar (informação verbal).⁴

Referências

ADICHE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das letras, 2019.

ANTONACCI, Maria Antonieta. Corpo e tradições orais na decolonialidade de histórias da África e da diáspora. In: GUIMARÃES, Maria de Fátima Guimarães; PAIM, Elison Antonio (Orgs.). **Entrecruzando saberes: Histórias, memórias, patrimônios e identidades**. São Paulo: Paco Editorial, 2020.

LIMA, Valdemar de Assis, CASTRO, Thainá, SCHUCMAN, Lia Vainer. **Aula aberta: A queda dos monumentos coloniais – Memória, Poder e representatividade**. Youtube: Museologia UFSC, (transmitido em 10/12/2021)

BATZ, Leandro. **Ação Zumbi**, Florianópolis, 16 de outubro de 2021. Instagram: @acaozumbi. Disponível em <http://www.instagram.com/p/CVOXk17ArIH/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

BONDIA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, n. 19, 2002.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

⁴ Entrevista realizada por Janaína Amorim da Silva de Lelette Couto feita por aplicativo de mensagem no dia 09 de dezembro de 2021.

LEITE, Ilka Boaventura. Descendentes de africanos em Santa Catarina: invisibilidade histórica e segregação. In: _____. (Orga.) **Negros no sul do Brasil: invisibilidade e territorialidade**. Florianópolis: Letras Contemporâneas, 1996.

MIGNOLO, Walter. **Histórias locais/projetos globais: Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

MIRANDA, Claudia e ARAÚJO, Helena Maria Marques. Memórias contra-hegemônicas e educação para as relações étnico-raciais: práticas decoloniais em contextos periféricos. **Perspectiva**, v. 37, n. 2, 2019, p. 378-397.

OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **História da África e dos africanos na escola: desafios políticos, epistemológicos e identitários para a formação dos professores de História**. Rio de Janeiro: Imperial Novo milênio, 2013, 320 p.

PAIM, Elison, TAVARES, Isadora, Nunes. Patrimônio e educação patrimonial: os acervos das universidades catarinenses. In: XXVIII Simpósio Nacional de História. Florianópolis: **Anais da XXVIII Encontro Nacional ANPUH**, 2015, p. 1-15.

PAIM, Elison. No Entrecruzar dos fios nasce uma trama de histórias, memórias, patrimônios e identidades. In: PAIM, Elison Antonio., GUIMARÃES, Maria de Fátima (Orgs.). **Entrecruzando saberes: histórias, memórias, patrimônios e identidades**. Jundiaí: Paco Editorial, 2020.

QUIJANO, Anibal. Colonialidad del poder y clasificación social. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago; GROSGUÉL, Ramón. (Orgs.). **El giro decolonial: reflexiones para una diversidad epistémica más Allá Del capitalismo global**. Bogotá: Siglo del hombre editores, 2007.

VERGÈS, Françoise. **Um feminismo decolonial**. São Paulo: Ubu editora, 2020.

WALSH Catherine; SALAZAR, Juan García. Memoria colectiva, escritura y Estado. Prácticas pedagógicas de existência afroecuatoriana. **Cuadernos de Literatura**, v. 19, n. 38, 2015, p. 79-98.

RICOEUR, Paul. **A memória, a história, o esquecimento**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

SILVA, Janaína Amorim da. **Tramas cotidianas dos afrodescendentes em São José no Pós-abolição**. Dissertação (Mestrado em História), Florianópolis: Universidade do Estado de Santa Catarina – UFSC, 2011.

SOUZA, Elizabeth Salgado. Museus testemunhas do tempo. **AMAE Educando**, v. 228, 1992.

TELLES, Luan Renato. **Ação Zumbi**, Florianópolis, 21 de outubro de 2021. Instagram: @acaozumbi. Disponível em <http://www.instagram.com/p/CVjPAAgl34q/>. Acesso em 16 de fevereiro de 2022.

Recebido em: 11 de março de 2022.

Aprovado em: 05 de abril de 2022.